

## O ARDIL DO ARDOR: SUBORDINAÇÃO CAMPONESA NO AGRONEGÓCIO DA PIMENTA

### THE RUSE OF ARDOR: PEASANT SUBORDINATION IN CHILI AGRIBUSINESS

### EL ARDID DEL ARDOR: SUBORDINACIÓN CAMPESINA EN EL AGRONEGOCIO DE LA PIMIENTA

**Tiago Barreto Lima<sup>1</sup>**

*thiagobarreto824@gmail.com*

**Josefa de Lisboa Santos<sup>2</sup>**

*josefalisufs@gmail.com*

**Bruno Andrade Ribeiro<sup>3</sup>**

*ribeiro.pensador@gmail.com*

#### Resumo

O agronegócio sustenta-se na expropriação e subordinação da terra e do trabalho. Desse modo, ao considerar os liames que o (des)envolvem, a análise objetiva entender os mecanismos de destituição da permanência de relações não-capitalistas, através da dominação de monopólios agroindustriais. O ponto de partida é o Perímetro Irrigado Piauí, no município de Lagarto, em Sergipe; em particular, as relações estabelecidas pelo Grupo Maratá, que reproduzem o ardil da subordinação na produção de pimenta. As entrevistas entremeiam-se às construções teóricas sobre a monopolização do capital, o agronegócio e suas determinações históricas e o papel político do campesinato na formação territorial do Brasil. Portanto, desvela-se o ardor da realidade dos trabalhadores e trabalhadoras como processo contraditório entre relações de produção e forças produtivas no atual contexto de crise.

**Palavras-chave:** capital; trabalho; agronegócio; pimenta.

#### Abstract

Agribusiness is based on the expropriation and subordination of land and work. Therefore, when considering the links that (de)velop it, the analysis aims to understand the mechanisms of destitution of the permanence of non-capitalist relations, through the domination of agro-industrial monopolies. The starting point is the Piauí Irrigated Perimeter, in the municipality of Lagarto, in

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, Campus Prof. Alberto Carvalho em Itabaiana/Sergipe. Bolsista no Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC/UFS/CNPq), sob orientação da Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos.

<sup>2</sup> Professora Dra. dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe e Líder do Grupo de Pesquisa Relação Sociedade-Natureza e Produção do Espaço (PROGEO/UFS/CNPq) e do Laboratório de Estudos Territoriais (PPGEO/UFS).

<sup>3</sup> Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (PPGEO/UFS/CAPEs). Mestrado em Geografia (PPGEO/UFS/CNPq). Pesquisador no Grupo de Pesquisa Relação Sociedade-Natureza e Produção do Espaço Geográfico (PROGEO) e no Laboratório de Estudos Territoriais (LATER).

Sergipe; in particular, the relationships established by the Maratá Group, which reproduce the ruse of subordination in chili production. The interviews are intertwined with theoretical constructions about the monopolization of capital, the agribusiness and its historical determinations and the political role of the peasantry in the territorial formation of Brazil. So unveils the arduous reality of workers as contradictory procedure between relations of production and productive forces in the current context of crisis.

**Keywords:** capital; work; agribusiness; chili.

### Resumen

El agronegocio se sustenta en la expropiación y subordinación de la tierra y del trabajo. De este modo, al considerar los lazos que lo (des)arrollan, el análisis objetivo entender los mecanismos de destitución de la permanencia de relaciones no capitalistas, a través de la dominación de monopolios agroindustriales. El punto de partida es el Perímetro Irrigado Piauí, en el municipio de Lagarto, en Sergipe; en particular, las relaciones establecidas por el Grupo Maratá, que reproducen el ardor de la subordinación en la producción de pimienta. Las entrevistas se entremezclan a las construcciones teóricas sobre la monopolización del capital, el agronegocio y sus determinaciones históricas y el papel político del campesinado en la formación territorial de Brasil. Por lo tanto, se desvela el ardor de la realidad de los trabajadores y trabajadoras como proceso contradictorio entre relaciones de producción y fuerzas productivas en el actual contexto de crisis.

**Palabras-clave:** capital; trabajo; agronegocio; pimienta.

### INTRODUÇÃO

O município de Lagarto, no estado de Sergipe, se situa no Centro-Sul Sergipano, com uma área territorial de 969.226 Km e uma população total de 104.408 habitantes, onde se localizam os dois maiores povoados rurais do estado de Sergipe: a Colônia Treze e o Genipapo. Esse quadro oferece ao município um dos maiores percentuais de população rural de Sergipe – 48,46%, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

Diante desses pressupostos, o presente estudo<sup>4</sup> busca analisar a lógica capitalista de produção de pimenta no município de Lagarto/SE, fomentada pelo Grupo Maratá, suas implicações e contradições. A investigação compreendeu os desdobramentos socioambientais da expansão do agronegócio da pimenta no município de Lagarto, situado no Agreste sergipano; os impactos da monopolização do território pela expansão da

---

<sup>4</sup> O artigo em questão se constitui em um dos resultados do plano de trabalho ‘Os Rebatimentos Socioambientais da Expansão da Pimenta em Lagarto, Sergipe’, vinculado às considerações finais do Projeto de Iniciação Científica - Agronegócio da Pimenta no Agreste Sergipano e Saúde do Trabalhador - PIBIC/UFS/CNPq, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Josefa de Lisboa Santos e co-orientação do Prof. Me. Bruno Andrade Ribeiro.

produção de pimentas em áreas tradicionalmente produtoras de alimentos; e a identificação de nexos causais entre o trabalho na produção de pimenta e o adoecimento do trabalhador.

A monopolização do Grupo Maratá, em Sergipe, impõe ao campesinato a produção de cultivos para o mercado nacional e internacional. Nesse ínterim, o cultivo da pimenta adquiriu importância nas duas últimas décadas em função da crescente participação do conglomerado no processo de produção e comercialização de produtos derivados desse vegetal para a produção de molhos, com larga aceitação no mercado nacional. O fato dessa atividade ser introduzida em áreas tradicionalmente produtoras de alimentos remete à análise da subordinação camponesa ao capital, cujos desdobramentos são importantes para entender as relações capitalistas no campo sergipano<sup>5</sup>.

Os povoados visitados e analisados – Fazenda Grande, Várzea dos Cágados, Colônia Treze, Brejo, Gameleira, Taperinha, Rio Fundo, Bonfim, Santo Antônio, Olhos d'água, Luís Freire, Rio das Vacas, Jenipapo, Estancinha e Brasília - estão situados no Perímetro Irrigado Piauí. Um projeto de irrigação elaborado em 1984 e concluído em 1987, no bojo de projetos produtivos direcionados para o Nordeste, no contexto de quedas nas taxas de crescimento econômico e transição para um modelo de acumulação flexível (CONCEIÇÃO, 2007). Sabe-se que até a década de 1990, a citricultura insere-se como a produção de maior expansão e peso na economia sergipana, cuja espacialização abarcou centenas de hectares no Centro-Sul do estado – em destaque, no município de Lagarto (OLIVEIRA, 2007). Todavia, a partir do fim da década de 2010, a crise no setor citricultor tem sido responsável pela perda do domínio no mercado exportador. Nesse contexto, a subordinação de unidades familiares de produção camponesa perpassa pelo surgimento de novos mecanismos de apropriação de mais-valor, nos quais insere-se o agronegócio da pimenta.

A partir dos anos 2000, uma das análises encabeçadas pela EMBRAPA focaliza o potencial do cultivo da pimenta nos projetos de desenvolvimento para o campo, em que são ressaltados a aprovação de projetos de seleção de cultivos comerciais – com a participação de bancos regionais, como o Banco do Nordeste -, o melhoramento genético, a tecnologia de alimentos e a entomologia da irrigação (EMBRAPA, 2008). A dependência de grande disponibilidade hídrica e da compensação tecnológica, diante de pragas e da degradação do

---

<sup>5</sup> A pesquisa também se propõe fundamentar e discutir alguns conceitos, a citar: agronegócio, campesinato, saúde do trabalhador, monopolização do território, territorialização do capital no campo, com vistas a desvelar as diferentes vestes do agronegócio na transformação e controle do espaço agrário brasileiro, sobretudo, em Lagarto, Sergipe.

solo, são enfatizados como condições justificativas para a intensa mecanização e da espacialização em direção aos perímetros irrigados.

Desse modo, a relação entre capital, Estado e políticas públicas é desvelada nesse percurso de entendimento sobre os mecanismos de subordinação camponesa. O Grupo Maratá enquanto expressão de centralização do capital no campo, em Sergipe, inicia seu processo de espacialização no município de Lagarto com o beneficiamento do fumo, na década de 1970. Todavia, a diversificação das cadeias produtivas com o forte impulso financeiro e estatal contribuíram para tornar a empresa em um dos maiores conglomerados dos setores alimentício e de embalagens, em destaque, para o café, os sucos e os condimentos (temperos) (OLIVEIRA, 2011).

As pesquisas de Oliveira (2007), Oliveira (2011) e Rodrigues (2012) contribuíram para fundamentar um dos processos mais recentes de subordinação camponesa, sob os interesses do Grupo em alavancar as margens de lucro através de investimentos na cadeia produtiva da pimenta. Além disso, situa-se nesse quadro de produção, a Gérbera (flores), através de estufas, que direcionam-se para o Perímetro Irrigado Piauí em fins da década de 2000 e início da década seguinte. Desse modo, ao considerar o atual contexto de crise estrutural como expressão da precarização do trabalho enquanto regra do/no mundo do trabalho, o artigo objetiva entender os mecanismos de cooptação e subordinação do trabalho camponês, cujo domínio do Grupo Maratá busca destituir a relativa autonomia nas relações não-capitalistas de produção.

As visitas de campo e entrevistas aos trabalhadores e trabalhadoras que produzem a pimenta no Perímetro constituíram em um dos procedimentos metodológicos para a análise sobre as faces da subordinação camponesa. Nas observações e falas dos camponeses estão os elementos de entendimento sobre a relação entre a imposição e perda de autonomia nas decisões sobre a produção, quantidade, tipo, período e preços; bem como, a relação entre subordinação e precarização do trabalho.

Além disso, compreende-se que, por meio da monopolização e da territorialização do capital no campo, o agronegócio acentua as desigualdades socioeconômicas pela concentração fundiária e conseqüente inviabilização da reforma agrária; pela substituição cada vez mais larga da produção de alimentos em produção de mercadorias. Por conseguinte, trata-se de um setor que prega um falacioso discurso de “celeiro agrícola”, mas que é responsável direto pelo déficit alimentar no país, haja vista que as mercadorias são exportadas para outros estados brasileiros e países, para a produção de derivados da soja e do milho, e

em prol da alimentação em massa de rebanhos bovinos. É preciso destacar também a relação entre esse famigerado setor e os mais sangrentos conflitos por terra e água, documentados todos os anos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que desde 2016 tem registrado recordes de mortes e ataques contra camponeses, comunidades quilombolas e indígenas (CPT, 2019).

Desse modo, cabe questionar: em um cenário desolador para trabalhadoras e trabalhadores, em que o preço da cesta básica cresceu em todas as capitais<sup>6</sup>, por que persistir em um modelo dilapidador da natureza, quando a alternativa está pautada no usufruto da terra para o combate à fome e à miséria e na socialização da riqueza produtiva pelo trabalho?

## **O AGRONEGÓCIO NA CENTRALIDADE DO DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL E DOMINAÇÃO DA NATUREZA**

Entender o agronegócio no contexto de expansão do capital no campo é desvelar as relações contraditórias entre crise e acumulação. Desse modo, a década de 1950 emerge como marco temporal da crise do capital, cuja exportação de capitais através da internacionalização do modelo capitalista adentra a periferia capitalista sob a base da especialização dos monocultivos, herdados da colonização. Nesse sentido, concorda-se com Amin; Vergopoulos (1977) ao relacionar as bases do agronegócio à fase imperialista do capital monopolista.

Um ponto de partida para entender os impactos dessa crise é a obra “As veias abertas da América Latina. Nela, Galeano (2015) constrói a afirmativa de que o latifúndio multiplica as bocas, mas não os pães. Ao invés de contribuir para a fertilidade dos solos, a modernização atrelada à agricultura capitalista oferece uma série de impactos negativos: envenenamento da natureza, expulsão de camponeses, urbanização acelerada a partir de uma massiva mobilidade da população campesina. O supracitado autor aponta que:

A estrutura do atraso do campo latino-americano opera também como uma estrutura do desperdício: desperdício da força de trabalho, da terra

---

<sup>6</sup> Em 2020, de acordo com os dados do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos); com uma Pandemia (COVID-19) que dimensiona um mundo do trabalho precarizado – o auxílio emergencial foi destinado a aproximadamente 67,7 milhões trabalhadores, agregando renda para quase 126 milhões de brasileiras e brasileiros. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-01/preco-da-cesta-basica-aumentou-em-todas-capitais-em-2020>. Acesso em: 21 fev. 2021.

disponível, dos capitais, do produto e, sobretudo, desperdício das esquivas e oportunidades históricas de desenvolvimento (GALEANO, 2015, p. 171).

As contradições sociais engendradas pelo sociometabolismo do capital tornam-se mais profundas a partir de 1950, fato acentuado com a Revolução Verde, entre as décadas de 1960 a 1980 e todos os seus desdobramentos no espaço agrário brasileiro, acarretando na mecanização, tecnificação, quimificação e exclusão dos camponeses do campo. Como resultado, tem-se a substituição de trabalho vivo pelo trabalho morto, através do uso da tecnologia no aprimoramento genético de sementes e animais, bem como, do uso de agrotóxicos e demais insumos químicos e biológicos.

Nessa discussão, o espaço torna-se materialização de relações de produção reproduzidas pelo capital, em que a riqueza acumulada é o contraponto da espacialização da pobreza e miséria. Pensar o agronegócio no Brasil perpassa a dimensão sobre a estrutura fundiária herdeira do processo de colonização, a posição do país na Divisão Internacional do Trabalho, em destaque, no século XX, no contexto do Capitalismo monopolista.

De acordo com Oliveira (2007), o mito da modernização do campo brasileiro está inserido no quadro de expansão do capital. Entre as décadas de 1960 e 1980, a relação agricultura-indústria é estreitada através da expansão de trabalho morto do centro para a periferia capitalista, em destaque, países latino-americanos e asiáticos.

Com a disponibilidade de crédito a partir da década de 1970, o pacote tecnológico para o campo foi financiado sob o pressuposto de eliminar as estruturas arcaicas e desenvolver uma perspectiva de progresso fortemente sustentada pelo desenvolvimento técnico. O governo ditatorial de Médici (1970-1973), por exemplo, através do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND I), buscou expandir as fronteiras agrícolas de gêneros não-tradicionais, em destaque, o trigo e milho (OLIVEIRA, 2007).

Na disseminação da modernização conservadora, o processo de Revolução Verde inseriu-se como contraponto ao assim chamado “perigo vermelho” expresso pela Revolução cubana e chinesa, no contexto de Guerra Fria e ideologização das lutas comunistas, despolitizou o debate sobre a fome, na quantificação de sua problemática, para que o discurso do aumento da produção agrícola se efetivasse.

No cenário de crise estrutural do capital, em que a tecnologia informacional assume um papel de mecanismo do capital em atenuar contradições latentes, ao mesmo tempo em que estas são aprofundadas, efetiva-se no Brasil os preceitos do *agrobusiness* estadunidense (neste país, vigente desde o Pós-Guerra, no contexto de acumulação de capital entre 1945 e

1975). A expropriação da terra e a subordinação do campesinato, cuja força de trabalho foi mobilizada em massa para os centros urbanos em expansão ao longo das décadas de 1960 e 1970, passam a ter elementos intrínsecos à financeirização dos capitais produtivos como principais condicionantes.

A década de 1980 foi marcada pela crise de liquidez internacional, com o afluxo dos capitais internacionais disponíveis para o financiamento do aparato modernizador da agricultura. A solução encontrada pautou-se no lançamento da estratégia de criação de saldos comerciais positivos através das exportações de matérias-primas, com a expansão da fronteira agrícola em direção ao Cerrado e à Amazônia.

Com o advento do Neoliberalismo, as diretrizes do Consenso de Washington aos países latino-americanos perpassam a intensificação de reestruturações, que incluem o desmonte social da legislação trabalhista e as vantagens concedidas aos setores privados multinacionais.

No campo, o aparato tecnológico perpetua um movimento contínuo de aumento de produtividade em prol das exportações, ao mesmo tempo em que se documenta o aprofundamento do cerco contra camponeses, comunidades indígenas e quilombolas. O agronegócio como estratégia de busca dos saldos comerciais positivos é inserido no Brasil do século XXI sob um aviltante apoio das políticas de incentivos fiscais concedidos pelo Estado.

Nos pressupostos de Oliveira (2014), a mundialização do capital expressa-se na agricultura brasileira, através de um aparato formado por multinacionais brasileiras vinculadas ao comércio mundial de soja, milho e abates (Boi gordo, aves, suínos): JBS, BR Foods, AMAGGI, COSAN, AMBEV, para citar alguns exemplos.; bem como, a expansão de capitais dos monopólios internacionais do agronegócio: CARGILL, MONSANTO, BUNGE e BAYER. Além disso, o mercado mundial de *commodities* deve ser entendido em seus liames ao capital financeiro, com seus preços definidos nos chamados mercados de futuro, em bolsas de valores, como a de Chicago, Londres e São Paulo (OLIVEIRA, 2014).

Em um contexto de expansão das contradições, o agronegócio é alçado ao posto de salvaguarda da economia nacional e apontado nas estatísticas como produtor de riquezas que envolveriam mais de 60% do PIB brasileiro. Dados que desconsideram e distorcem a realidade para proporcionar a complacência da classe trabalhadora, pois não se discute a apropriação dessa riqueza pelos grandes grupos multinacionais (MENDONÇA, 2013).

No âmago da riqueza encontra-se a reprodução da pobreza e miséria, bem como, questões estruturais mantidas intactas e funcionais ao capital. Desde o trabalho análogo à escravidão até os conflitos por terra e água. O que é o moderno? Questiona-se sob o respaldo do real-concreto: “A agricultura torna-se mais produtiva, reduzindo o tempo de produção com mais máquinas, colheitadeiras, tratores, pulverizadores com computadores de bordo monitorados por satélites [...]” (OLIVEIRA, 2007, p. 130).

No bojo do aparato técnico nanotecnológico e informacional genético, objetiva-se uma produtividade desmedida de *commodities* comercializadas nos mercados financeiros de futuro nas bolsas de valores<sup>7</sup>: a soja, as carnes, os produtos derivados da exploração de celulose, o algodão, o trigo e o milho.

Observe-se que o agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado (DELGADO, 2005, p. 13).

Na posição do Brasil a partir das reconfigurações mundiais impostas pelo capital, ocorre uma progressiva concentração de riqueza pelos conglomerados agroindustriais, que a partir de processos de subordinação e exploração da renda camponesa, reproduzem a pobreza e a miséria no campo. O substrato da vida, a terra, como essencial para a relação metabólica entre ser humano e natureza, é inserido em uma lógica que mescla o valor de uso atrelado à sobrevivência e satisfação humanas ao valor de troca de um mundo regido pela forma mercadoria.

Na condição camponesa, a relação entre ser humano e natureza mediada pelo trabalho encontra sustentáculo em uma reprodução da vida pautada na satisfação de necessidades, ou seja, na realização dos valores de uso. A terra e o trabalho mantêm-se como sustentáculos de uma relação de produção pautada na indissociabilidade entre ser humano e seus meios de produção.

O surgimento da agricultura sob a égide da relação capital representou a ruptura com esse metabolismo societal, a partir da ampliação do trabalho morto sobre o trabalho vivo, com uma tendência à incorporação de capital fixo. Nessa discussão, Delgado (2005)

---

<sup>7</sup> O setor financeiro é a valorização de valor materializada na fórmula D-D'. Ou seja, não existe o intermédio direto de uma mercadoria para a geração de mais-valor, mas indiretamente através de ações fictícias sustentadas pela exploração de terra e de trabalho; sejam as ações de *commodities* ou de multinacionais.



argumenta que pensar o agronegócio no Brasil implica considerar os pilares de sua efetivação: o desemprego, a partir da criação de um contínuo excedente de trabalhadores que não possuem acesso à terra, e a manutenção da propriedade privada pautada no latifúndio improdutivo.

No movimento histórico do desenvolvimento capitalista no Brasil, a classe trabalhadora esteve confrontada em uma condição de exploração, a partir da posição do Estado em afirmação aos interesses hegemônicos da burguesia, tanto no campo, quanto na cidade. Chega-se ao século XXI, com um país inserido na dinâmica mundializada do capital, cuja acumulação já não é possível diante do caráter estrutural e absoluto de sua crise.

A impossibilidade de valorização de valor na crise do capital não significa o fim da produção capitalista, pois revela-se como intensificação dos mecanismos destrutivos encontrados pelo capital na tentativa de reversão dos limites absolutos do seu sociometabolismo. As contradições dessa incontrolabilidade se acentuam, à medida em que no real-concreto representado pelo espaço agrário brasileiro, amplas parcelas continentais de terra, com fertilidade, água e recursos em seu conjunto, são usurpados pela lógica destrutiva do território do capital, enquanto milhões de habitantes nesse mesmo país, convivem com a fome e a pobreza.

Os dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil apontam que, em 2020, aproximadamente 116,8 milhões de brasileiros e brasileiras se encontravam em contextos de insegurança alimentar, sendo 19 milhões em situação de fome. Uma outra realidade apontada pelos dados desvela a situação do acesso à água no Brasil, um dos países com maior reservatório desse bem potável (5,661 bilhões de metros cúbicos), a chamada insegurança hídrica atingiu 40,2% e 38,4% dos domicílios das regiões Norte e Nordeste.

O Censo Agropecuário 2017, por sua vez, reafirma a questão sobre quem produz comida para a população brasileira: o campesinato é responsável pela produção dos gêneros alimentícios mais comuns da dieta dos trabalhadores brasileiros - 87% da mandioca; 70% do feijão; 59% dos suínos; 58% do leite, 50% das aves; 46% do milho; 38% do café e 34% do arroz; em relação a frutas, legumes, verduras e tubérculos, como inhame e batata, os índices são superiores a 90% (IBGE, 2017).

Todavia, também se revelou que houve uma diminuição no número de estabelecimentos destinados à produção camponesa em 9,5%; bem como, um aumento de 20,4% no uso de agrotóxicos; um aumento no número de estabelecimentos localizados na

fronteira agrícola que se expande contra os biomas Cerrado e Amazônia. Além disso, a estrutura fundiária estava organizada da seguinte forma: 51.000 estabelecimentos com mais de 1.000 hectares cobrindo 167 milhões de hectares de terra e 2,5 milhões de propriedades com até 10 hectares cobrindo 7,9 milhões de hectares (IBGE, 2017).

O aprofundamento da contradição riqueza/pobreza pelo capital situa-se como uma das faces do atual quadro do capitalismo mundial, em que o caráter predatório do sistema se transfigura em múltiplas formas de exploração, incluindo a subordinação de formas não-capitalistas de produção, funcionalizadas à reprodução ampliada do capital (LIMA, 2015). Trata-se de um contexto de hegemonia do chamado capital financeiro, em que o grau de mundialização do capital enfrenta a vida humana e, portanto, os limites da reprodução da natureza.

O agronegócio, portanto, não se separa de um contexto marcado pela crise de acumulação. As contradições acentuadas pelo capital também abarcam o campo e a cidade, dissociados no desenvolvimento histórico das forças produtivas do capital, mas que, ao mesmo tempo, estão imbricados pelas relações de produção determinadas. Na atual fase do capitalismo monopolista, a concentração e a centralização de capital são as expressões contradições do processo acumulativo (da desvalorização ou não realização da valorização de valor). No campo essa contradição materializa-se a partir dos grandes monopólios agroindustriais, enquanto imbricação entre indústria e agricultura, com o forte aparato financiador do Estado - maquinário, nanotecnologia, sementes transgênicas e agrotóxicos.

Enquanto os monopólios integram o movimento contraditório de intensificação da concorrência capitalista (tendência à sua eliminação), a subordinação camponesa, com a usurpação das perspectivas de soberania e de um modo de vida autônomo, pode ser analisada sob o crivo dos mecanismos contrariantes do capital contra a lei tendencial da queda da taxa de lucro, a partir do aumento da exploração de mais-valor absoluto e do controle dos estoques vegetais e minerais como um todo (MARX, 2017).

No Brasil, o movimento de espacialização do agronegócio sustenta-se com o aparato estatal, com a captação de recursos públicos e concretização dos mais distintos interesses da burguesia agrária, a aprovação de projetos de lei e distribuição de emendas parlamentares, além do afrouxamento de legislações e órgãos reguladores do meio ambiente e da questão fundiária. Sem esquecer-se das forças repressivas contra camponeses, quilombolas e indígenas e dos conglomerados midiáticos que apoiam o agronegócio em seus programas e propagandas diários, na reprodução do discurso de um 'Brasil celeiro' a partir do 'agro', como

generalização de um agronegócio como toda agricultura e, em consequência, o apagamento da luta de classes em andamento. Nesse contexto, Santos (2007, p. 51) argumenta que: “[...] o que há, portanto, é um processo que expressa uma totalidade, em que o sentido da exploração pelo capital é animado pelas contradições a ele inerentes”.

No século XXI, o capital defronta-se com a ativação de seus limites absolutos, na perspectiva de Mészáros (2011), de modo que constante destruição ecológica, inclusive através da expropriação de terras e recursos em geral, na qual o agronegócio é um dos exemplos mais enfáticos e expõe a irracionalidade de sistema que se choca com a própria existência humana. Tal contradição estrutural força o próprio capital a valer-se de mecanismos contrariantes, que não eliminam a tendência à ativação dos limites absolutos, mas buscam a renovação contínua do processo de valorização do valor. Desse modo, torna-se vital para o capital expandir o controle social sobre as reservas de terra, água e vegetais, em um contínuo processo de ruptura metabólica, responsável pela intensificação das contradições do próprio sistema.

Nos países herdeiros de uma estrutura fundiária concentrada e pautada numa economia agroexportadora, a exemplo do Brasil, o capital encontra além de ampla disponibilidade de força de trabalho barata, massivos recursos naturais, em destaque, hídricos. Na reprodução sociometabólica do capital, inviabiliza-se qualquer projeto de modo de produção pautado em uma reforma agrária popular, garantidora da soberania alimentar e da distribuição igualitária de toda a riqueza produzida:

As fissuras inter-capital reveladas pela necessidade de terras planas, férteis e com disponibilidade hídrica – portanto, aptas à mecanização – e entre os próprios trabalhadores são, por excelência, os exemplos das disputas por território que revelam o conteúdo e os significados do processo expansionista do agronegócio em geral (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 2).

Desse modo, o agronegócio termina por provocar mudanças radicais no espaço agrário, é notória a substituição de áreas tradicionalmente produtoras de alimentos, intrínsecas à reprodução da renda camponesa, pelo território do capital, através da produção de *commodities*, destinadas a atender o mercado agroexportador (MENDONÇA, 2013). Em Sergipe, por exemplo, a expansão de áreas para produção de milho é cada vez mais expressiva e situa-se nesse *locus* de aprofundamento da ruptura sociometabólica entre sociedade e natureza. Os dados apontam que entre 2006 e 2017, a ampliação da área produtora de milho transgênico foi maior que 1.500% (IBGE, 2017). De acordo com Campos (2011, p. 128): “os

constantes aumentos de produção e produtividade agrícola não implicam em maior e melhor situação alimentar e nutricional da população, isso porque a prioridade do agronegócio é produzir *commodities*, não alimentos”.

Todavia, a agricultura camponesa permanece como sustentáculo para uma ampla parcela de sergipanos, a exemplo dos que possuem propriedades com menos de um (1) hectare. Na subordinação da produção camponesa aos ditames do agronegócio, cuja empresa mais conhecida em Sergipe é o Grupo Maratá<sup>8</sup>, revela-se como o processo de industrialização da agricultura e sua relação ao capital financeiro está associada ao domínio dos diferentes ramos das cadeias produtivas, como especialização das relações capitalistas de produção, inclusive com a subordinação de relações não-capitalistas (MENDONÇA, 2013).

Nessa discussão, a realidade do Perímetro Irrigado Piauí, no município de Lagarto, no Centro-sul do estado de Sergipe revela a especialização do Grupo Maratá, a partir da subordinação camponesa para a produção de pimentas, com o aparato técnico da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (COHIDRO).

De acordo com Oliveira (2007), o Projeto do Perímetro Irrigado Piauí está localizado às margens do Rio Piauí e foi elaborado em 1984, na época em que muitos estudiosos se debruçaram sobre o aspecto socioeconômico da região e dos proprietários de terras circunvizinhas ao perímetro. Em 1985 ocorreu a finalização do projeto, sendo inaugurado somente em 1987.

Segundo dados da COHIDRO (2019), o Perímetro está localizado a 69 km da capital sergipana, e se encontra a 6 km de distância da sede municipal, abrangendo uma área total de 1.450 hectares, beneficiando cerca de 3.515 pessoas que dispõem de uma área líquida irrigável de aproximadamente 703 hectares. Os mecanismos de irrigação fornecidos pela COHIDRO são os de aspersão convencional e micro aspersão. O Banco do Brasil (BB), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco do Estado de Sergipe (BANESE) são os principais fomentadores de crédito financiador do aparato técnico do Perímetro.

A produção de pimenta tem se expandido no Perímetro, pois o Grupo Maratá (originário de Lagarto/SE), que detém um forte controle na produção de sucos de laranja, de chás, fumo em corda e da torrefação de café, passa a fomentar a produção de temperos, como é o caso da pimenta malagueta (OLIVEIRA, 2007, p. 173).

---

<sup>8</sup> Um dos grupos monopolistas mais conhecidos em Sergipe, cujas cadeias produtivas abarcam na atualidade os ramos de processamento de alimentos e de embalagens plásticas.

Com a efetivação do projeto do Perímetro, os camponeses realizam a rotatividade na produção, com destaque para: batata-doce, maracujá, laranjas e mudas citrícolas e a produção de pimentas do tipo Malagueta e Jalapeno; estas últimas determinadas pela demanda do Grupo Maratá para produção do Molho Gota (nome comercial do molho de pimenta).

## **O AGRONEGÓCIO DA PIMENTA NO PERÍMETRO IRRIGADO PIAUÍ: FACES DA SUBORDINAÇÃO CAMPONESA**

Os elementos constituídos a partir da realidade do agronegócio da pimenta que podem embasar a questão camponesa, sob a perspectiva de uma subordinação, são compreendidos através das seguintes bases: 1. O aparato estatal fomentador da estrutura técnica e das formas de endividamento camponês a partir do crédito rural; 2. O monopólio estabelecido pela Maratá em relação à força de trabalho camponesa, com o domínio hídrico direcionado para a produção de pimenta; 3. A precarização do trabalho e suas expressões na intermitência laboral no atual cenário de desemprego estrutural.

Nesse sentido, a realidade dos trabalhadores da pimenta fornece a compreensão sobre os mecanismos de apropriação de mais-valor através das formas de subordinação da terra e do trabalho. Os projetos de irrigação integram um conjunto de infraestruturas no bojo de um discurso de desenvolvimento que se converteu em aparato para grupos privados perpetuarem taxas acentuadas de lucro (FRANÇA, 2018). Nesse sentido, o Nordeste, e particularmente, seu semiárido, são inseridos na direção de grandes projetos hídricos com foco na irrigação:

Em relação à irrigação no Nordeste semiárido, a expansão dos investimentos estrangeiros impulsionou uma nova orientação político-econômico-ideológica, atrelada cada vez mais aos investimentos relacionados ao setor agropecuário. Assim, reforçou-se a ideia da irrigação enquanto negócio privado e lucrativo que deveria ser garantido e subsidiado pelo Estado (FRANÇA, 2018, p. 203).

O Perímetro Irrigado Piauí insere-se em um contexto, entre as décadas de 1970 e 1990, em que são criados inúmeros projetos de irrigação a partir de vultuosos investimentos públicos que reforçam e atendem à lógica privatista do processo de reprodução do capital em escala ampliada. Desse modo, sob a auréola do desenvolvimento técnico, o Estado

reproduz a coerção da classe trabalhadora, no campo e na cidade, a partir da disseminação dos interesses da burguesia enquanto valores nacionais (CHAUÍ, 2000; FRANÇA, 2018).

No conjunto de leis que reafirmam o domínio da lógica sociometabólica do capital, encontram-se os liames da garantia e manutenção da propriedade privada, através do contínuo uso do poderio técnico-militar (a ordem). Com o controle social expresso no âmago das instituições burguesas permite-se a divisão social do trabalho, a usurpação dos meios de produção e os distintos mecanismos de apropriação de mais-valor. Portanto, o Estado garante os investimentos que intensificam o processo de privatização dos recursos públicos, com a redução de direitos sociais, aumento dos problemas socioambientais e a ampliação da precarização do trabalho (FRANÇA, 2018).

De acordo com Rodrigues (2012), o monopólio do Grupo Maratá constituiu-se através das estratégias de pagamento de maiores preços pela produção dos camponeses, cuja atração forneceu à Maratá os instrumentos de subordinação: a imposição de contratos, com preços cada vez mais baixos. Todavia, o processo de monopolização não se efetivaria sem o caráter indissociável entre capital, trabalho e Estado, pois a partir das parcerias entre a Maratá, o BANESE (Banco do Estado de Sergipe), a COHIDRO (Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe) e a EMDAGRO (Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe) discutiram-se o financiamento da produção de pimenta, através de agrotóxicos, sementes, irrigação e demais aparatos técnicos, diante do esgotamento do solo provocado pelas pimenteiras.

Desse modo, entende-se um dos elementos essenciais da reprodução ampliada do capital no século XXI, pautado não apenas na expropriação da terra e o processo de proletarianização do camponês expulso, mas em uma subordinação da produção, ou seja, que se realiza no processo de circulação, mas que se imbrica ao modo de vida camponês.

Os trabalhadores da pimenta estão inseridos em uma processualidade que combina formas de apropriação da renda da terra a partir da subordinação do trabalho camponês. Nesse caso, a propriedade da terra pertence aos camponeses, e a partir de contratos estabelecidos entre o Grupo Maratá para a aquisição da produção, impõem-se uma série de condicionantes de qualidade a serem seguidos: “A permanência de formas não-capitalistas no campo pode ser analisada também como estratégia de extrair mais trabalho, formas reativadas pelo próprio capital para aumentar a exploração do trabalho e a extração da renda e dos lucros capitalistas” (SOUZA; SANTOS; MENEZES, 2019, p. 150).

Nesse sentido, combinam-se a apropriação de mais-valor absoluto e mais-valor relativo, a partir de um quadro de jornadas de trabalho que ultrapassam o tempo anteriormente definido pelos próprios camponeses, para atender à lógica capitalista. Ao mesmo tempo em que a tecnificação da produção somada ao aproveitamento da disponibilidade hídrica (que também se insere no revolucionamento técnico) expressa-se como incremento da produtividade.

A subordinação camponesa, pois, pode ser entendida como uma das expressões da monopolização do capital no espaço agrário brasileiro, para além de uma territorialização em que o movimento de expropriação camponesa é visível. A propriedade camponesa se mantém, mas com a imposição de conglomerados agroalimentares que decidem a produção, a quantidade, o tipo, o período e os preços:

A monopolização do território é desenvolvida pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo (OLIVEIRA, 2016, p. 233).

A cana-de-açúcar<sup>9</sup>, o milho transgênico e as pastagens para o gado bovino, por exemplo, são cultivos em que o capital produz territórios cada vez mais expansivos em Sergipe. Para Conceição (2012), esse processo é resultante de políticas locais que seguem as diretrizes dos principais órgãos gestores do capital em escala mundial, a exemplo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, determinantes da ampliação de plantios destinados aos agrocombustíveis.

Os impactos do aprofundamento da crise do capital em países da América Latina, a partir de 2012, são considerados como fatores de transformações profundas nas dinâmicas do agronegócio no Brasil. O cenário de liquidez internacional e incentivos à geração de saldos comerciais positivos, a partir do aumento de expropriações primárias, com a expansão das fronteiras agrícolas e da produtividade, principalmente, da soja, do milho e da cana-de-açúcar inicia um processo de reversão, com a diminuição da taxa de lucro. A tendência à desmedida do capital significa a intensificação de mecanismos contratendências à queda da taxa de lucro, que encontra na subordinação de relações não-capitalistas de produção, uma de suas configurações atuais.

---

<sup>9</sup> A expansão sucroalcooleira pode ser relacionada ao aumento na produção do etanol diante da disseminação dos veículos *flex* (OLIVEIRA, 2014).

O Grupo Maratá, no município de Lagarto/SE, insere-se nesse processo como um dos maiores conglomerados agroindustriais de Sergipe e do Nordeste, e que expressa a monopolização do capital do limiar do novo século, a princípio, com a laranja e o fumo, e mais recentemente, com a pimenta. O aparato do Estado, a partir do fornecimento técnico-logístico de companhias e empresas estaduais (a COHIDRO e a EMDAGRO), e o crédito fornecido pelos bancos a partir da captação de recursos de programas nacionais de valorização da chamada agricultura familiar, expressam as diretrizes do agronegócio como substituição de espaços de soberania alimentar, historicamente destinados à produção de alimentos para as unidades de produção camponesa.

A consolidação da produção da pimenta (Figura 01) atende às demandas do mercado regional, em destaque, Sergipe, Bahia e Alagoas, além de exportações para países europeus, que integram a inserção do monopólio sergipano na mundialização do capital. Tal processo só é possível através da subordinação de camponeses, em estratégias de cooptação que incluem o pagamento de preços mais altos para a produção de pimenta, provocando uma mudança de inúmeras unidades familiares que passam a substituir as plantações de feijão, milho, mandioca e amendoim, pelas pimenteiras.

**Figura 01 – Sacos de pimenta em Lagarto, Sergipe**



Fonte: Trabalho de Campo, pov. Várzea dos Cágados, 2019.  
Autor: Tiago Barreto Lima

Ao longo dos anos, em destaque, em fins da década de 2000, o Grupo Maratá subordina inúmeras unidades camponesas nesse processo de imposição do plantio de



pimenta, possibilitado pelos acordos estabelecidos entre capital e Estado, com o financiamento das plantações, a partir da disponibilidade de crédito, agrotóxicos e técnicas de irrigação. Além dos insumos, os trabalhadores são induzidos aos critérios de qualidade da empresa, em atendimento ao mercado cada vez mais competitivo, com pimentas que devem seguir os ditames da Maratá, desde a cor até o tamanho.

Nesse ínterim, é notória a substituição de uma produção que objetiva a reprodução da soberania alimentar, para outra que se sustenta sob os preceitos da segurança alimentar, ou seja, uma produção em níveis quantitativos altos, mas que esteja centrada na disseminação do alimento como mercadoria, realizada a partir do consumo e, pois, da compra. A partir da segunda metade do século XX, e, mais profundamente, no atual século, as articulações de organismos multilaterais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio) à serviço da manutenção do capital como única alternativa possível dissemina projetos que enfatizam discursos de uma crise alimentar e/ou um campo em crise. Através desses projetos, busca-se negar o próprio sentido soberano da produção camponesa e afirmar o acesso quantitativo como foco da produção (VALÉRIO, 2011).

No discurso de crise alimentar basilar para o supracitado conceito reproduzem-se as ideias de insuficiência e falta, em que se acatam projetos de aumento da produtividade, com o amplo aparato técnico, em uma frequência contínua e acelerada para chegar-se à suposta estabilidade da oferta diante da demanda consoante ao crescimento populacional. A erradicação da fome, portanto, não é o objetivo dos conglomerados agroalimentares; pelo contrário, a sua manutenção se faz primordial para a concreção e perpetuação do lucro.

Nesse bojo, inserem-se os alimentos ultra processados, com baixo valor nutricional, mas que se interrelacionam a grandes conglomerados industriais do ramo alimentício. A soberania alimentar como um modelo produtivo avesso à lógica capitalista pauta-se na ruptura com o modelo produtivo capitalista, para afirmar o aspecto qualitativo da comida como fonte de nutrientes, em uma relação sociedade-natureza que estabelece os moldes de uma produção que nega o sociometabolismo do capital (VALÉRIO, 2011; THOMAZ JUNIOR, 2008).

Para Valério (2011), o conceito de soberania alimentar emerge dos debates da Via Campesina, desde 1996, enquanto novo modelo produtivo definidor para políticas de agricultura e alimentação. Desse modo, pauta-se na constituição de uma alternativa para a garantia da decisão soberana da classe trabalhadora sobre o que, como e em quais condições

produzir alimentos. Portanto, implica pensar em novas relações sociais que são, ao mesmo tempo, rompimentos com as determinações do capital.

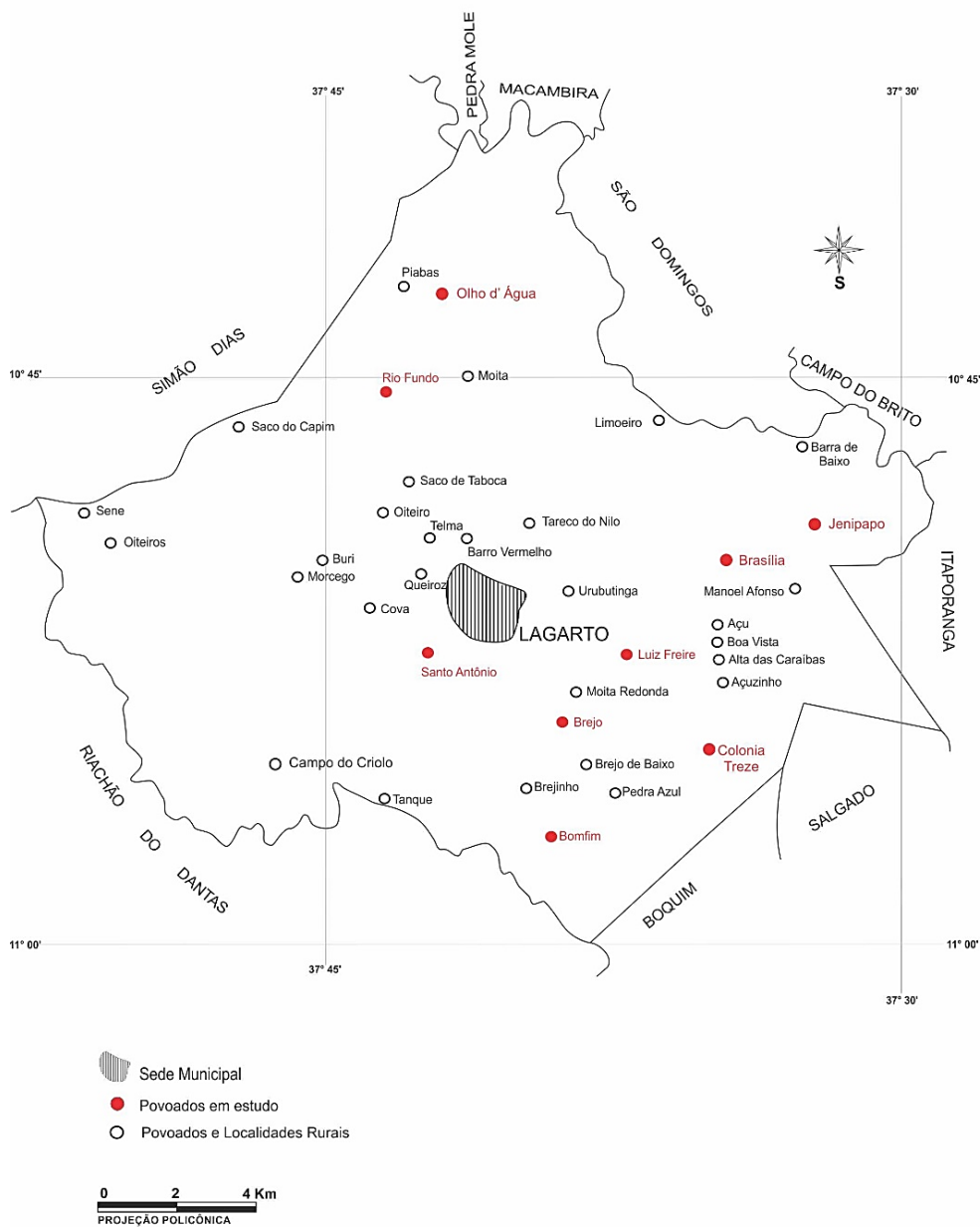
O agronegócio da pimenta no Centro-Sul Sergipano, a partir da subordinação de camponeses, é um dos exemplos de como o discurso de segurança alimentar é pautado pelo Estado, disseminado pelos pressupostos da Revolução Verde, pois se efetiva a partir da destruição de produção de fontes de sobrevivência humana - comida -, como o feijão, a mandioca, o milho e o amendoim, com a imposição de um cultivo destinado à valorização de valor.

Com a substituição da produção de alimentos pelo agronegócio da pimenta, os trabalhadores são alçados a uma condição de subordinação que impacta a reprodução de suas vidas, pois enquanto as tarefas de terras ocupam-se pelas pimenteiras, que esgotam a fertilidade do solo, o espectro da pobreza e da fome paira entre esses camponeses e camponesas. Para o Grupo Maratá, o lucro é o principal movimento para sua especialização, ou seja, as flutuações do mercado ditam toda a dinâmica industrial, cujos impactos são sentidos com maior intensidade nas unidades camponesas produtoras. Diminui-se ou aumenta-se a compra das produções de pimenta de acordo com esse movimento.

Onde antes presenciaram-se produções de batata-doce, macaxeira, frutas e verduras tornam-se lugares subordinados, em uma metáfora cujo ardor da pimenta é intensificado pela relação social em que se encontra inserida.

Para entender as faces da subordinação camponesa ao agronegócio da pimenta, mapeou-se os seguintes povoados: Fazenda Grande, Várzea dos Cágados, Colônia Treze, esses três alvos da investigação. E ainda os povoados Brejo, Gameleira, Taperinha, Rio Fundo, Bomfim, Santo Antônio, Olhos D'água, Luís Freire, Rio das Vacas, Jenipapo, Estancinha e Brasília (Figura 02):

**Figura 02 – Povoados produtores de pimenta em estudo, Lagarto, 2020**



Fonte: SRH (2002)

Autores: Tiago Barreto Lima e José Hinaldo Lima, 2020

Entender a monopolização do capital no campo sergipano, a partir do agronegócio da pimenta, é inserir a subordinação de relações não-capitalistas de produção em um contexto de reestruturação produtiva. No Brasil dos anos 1990, a mundialização do capital através do relançamento do agronegócio como principal estratégia de crescimento econômico, significou a reconfiguração de arranjos espaciais no espaço agrário,

substanciados na expropriação da terra, precariedade do trabalho, desemprego estrutural, trabalho análogo à escravidão colonial, intensificação de conflitos agrários e casos de intoxicações por agrotóxicos. Na fundamentação de Thomaz Júnior (2017, p. 5), “o processo saúde-doença é determinado pelo modo como os homens e as mulheres se apropriam/relacionam com a natureza, ou como se delinea os instrumentos de controle do capital sobre o trabalho e a sociedade de modo geral”.

O uso de agrotóxicos e sua imbricada relação com o adoecimento dos trabalhadores expressa-se nos relatos dos camponeses, que ressaltam que tiveram e/ou conhecem alguém que teve problemas de saúde em virtude dos agrotóxicos, a citar: vermelhidão nas mãos, alergia, ardência nos olhos, dores de cabeça e perda da sensibilidade dos dedos da mão. Sem equipamentos de proteção, como roupa especial para pulverização, o problema tende a se agravar, pois os trabalhadores se valem somente de máscaras de pano para a aplicação do veneno. Além da exposição do corpo, o descarte das embalagens contamina o solo e os recursos hídricos disponíveis no perímetro irrigado.

As rupturas metabólicas do capital em relação à natureza reafirmam sua essência em ser uma contradição viva, conforme Mészáros (2012), e, portanto, potencialmente destrutiva e que faz o mesmo autor questionar: socialismo ou barbárie? A contaminação e intoxicação por agrotóxicos se situa como um dos inúmeros exemplos dessas rupturas com a relação sociedade-natureza, continuamente movimentadas pelo capital. Sem qualquer proteção adequada, ausência de orientações sobre manuseio e o descarte inadequado de embalagens contaminadas, os trabalhadores do agronegócio da pimenta sentem no corpo as marcas desse suplício.

Nesse artil de precariedade, eles são inseridos a um pacote de insumos, sob o discurso de uma suposta modernização de suas condições de trabalho, como uma naturalização do atual estado de coisas, responsável pela perda de qualquer sentido de saúde e vida humana. Nesse sentido, reafirma-se a importância da atenção à saúde do trabalhador como saúde coletiva, tendo em vista que os efeitos dos agrotóxicos perpassam os limites rurais, ou o *locus* onde o trabalhador camponês produz, e alcança todas as relações humanas, no campo e na cidade:

A adoção da quimificação dos processos agrícolas (pulverização pós plantio, tratamentos culturais e preparo), diante da exposição constante ao risco, da contaminação, da intoxicação, dos acidentes graves, descarte e até mesmo das mortes, são assuntos que ultrapassam as demarcações

específicas da saúde do trabalhador e atingem a dinâmica da sociedade em geral, ou da saúde coletiva (THOMAZ JUNIOR, 2017, p. 5).

Diante desses pressupostos, registra-se como consequências da expansão do agronegócio da pimenta: minifúndios (ou seja, de tamanho inferior a 1 módulo fiscal do município) expostas à monopolização do território, com a subordinação de relações não-capitalistas de produção; predominância do trabalho feminino durante o período da colheita; o emprego de trabalho temporário pelos produtores de pimenta; os camponeses como arrendatários de terras (ou seja, a presença de camponeses sem terra na região); o uso de agrotóxicos na plantação, com vasilhames descartados entre as pimenteiras; e os problemas de saúde decorrentes do manejo com a cultura da pimenta.

Observou-se como resultado das entrevistas, que durante o período da colheita da pimenta, que tem uma duração média entre 4 a 5 meses, predomina-se o trabalho feminino. De acordo com os trabalhadores entrevistados, as mulheres colhem em torno de uns 40 a 50 kg, a depender do tipo e do tamanho da pimenta, responsável por uma renda diária de aproximadamente 70 a 80 reais, pois nesse período a diária alcançava preços mais altos em comparação a outros períodos, diante da dificuldade em contratar força de trabalho disponível, frente ao esgotamento físico e à insalubridade.

Para a maior parcela dos trabalhadores, a condição de um contrato formal é suficiente para uma maior segurança no trabalho, inclusive com a possibilidade de direitos trabalhistas, como descanso, férias, salário fixo, etc. Todavia, ao contrário dos primeiros anos em que a demanda pela produção de pimenta foi introduzida, com a subordinação efetivada pelo capital, a intensificação da precarização passou a ser recorrente, com a generalização de contratos temporários<sup>10</sup>. No movimento de ampliação da monopolização, a grande oferta de propriedades produtoras da pimenta possibilita o domínio do Grupo Maratá sobre o trabalho camponês, que necessita buscar novas formas de realização da renda, a partir de outros mercados consumidores. Desse modo, sem carteira de trabalho assinada e/ou quaisquer aparatos legais, os camponeses não dispõem de formas de comprovação do tempo e prestação de serviços para os órgãos fomentadores de benefícios previdenciários, como a própria aposentadoria rural.

---

<sup>10</sup> Nesse sentido, os trabalhadores são contratados durante os períodos de plantio das mudas e colheitas das pimentas, sendo pagos por dia e com dinheiro em espécie.

Entender esse quadro de aprofundamento da precarização do trabalho perpassa considerar as transformações ocorridas nas relações de produção a partir de década de 1990. A flexibilização direcionada pela reestruturação produtiva do capital contra o trabalho no Brasil desembocou em um quadro de demissões em massa, retração salarial, aumento da informalidade e do desemprego e precarização expressas nas mais distintas metamorfoses do/no mundo do trabalho (ANTUNES, 2020).

No campo, a ofensiva do capital manteve seu curso de contínua inovação tecnológica em vista do aumento da produtividade, intensificando contradições que se expressam na manutenção da concentração fundiária, conflitos e massacres e a reprodução de condições de pobreza e miséria.

Para Antunes (2020), a partir dos anos 2000, delimita-se um período caracterizado pelo atendimento a um amplo leque de interesses da burguesia, em destaque, setores das finanças, da construção civil, indústria e agronegócio. Ao mesmo tempo, amplia-se uma base social da classe trabalhadora, tanto pela política de distribuição de renda (Bolsa Família), quanto pela valorização do salário mínimo e a expansão dos contratos e concursos.

Todavia, os reflexos do fim do ciclo de *commodities* (altos preços no mercado mundial), as expressões da crise de 2008 e a crescente insatisfação diante das condições de gestão e socialização dos serviços públicos anunciam a derrocada dessa base policlassista. A partir de 2012 e, em particular, na segunda metade da década de 2010, o rompimento da burguesia nacional diante do pacto social-liberal se efetiva e os trabalhadores adentram a uma fase de aprofundamento das condições de precariedade social nunca antes conhecido na história recente do Brasil.

Esse contexto significou a aprovação acelerada de medidas de austeridade contra a classe trabalhadora e a ampliação do poder do agronegócio na economia e nas decisões políticas do país:

Como sabemos, a pragmática neoliberal significou maior concentração de riqueza e da propriedade da terra, avanço dos lucros e ganhos do capital, intenso processo de privatização das empresas públicas, desregulamentação dos direitos sociais e do trabalho, liberdade plena para os capitais, dos quais resultaram o aumento da pauperização dos assalariados, a expansão dos bolsões de precarizados e dos desempregados, entre tantas outras consequências socialmente nefastas (ANTUNES, 2020, p. 262).

Desse modo, a desconstrução do trabalho no Brasil do século XXI expressa-se de forma ainda mais intensa após as estratégias e pactos da burguesia nacional e internacional caracterizadas como golpe parlamentar. Na busca do aumento das taxas de lucro, efetivou-se uma era de contrarreformas, a exemplo da Reforma Trabalhista, em 2017, em que se legitima o trabalho intermitente e erodem-se históricos direitos trabalhistas, inclusive como caminho aberto para a legalização das condições de trabalho análogo à escravidão (ANTUNES, 2020).

Em relação à força de trabalho temporária, para auxiliar durante o período de plantação e colheita das pimentas, ocorre de forma concentrada em períodos específicos do ano: *Por isso não dá pra assinar carteira de ninguém, a gente só precisa em certos períodos* (Relato de um dos produtores em entrevista realizada no Povoado Várzea dos Cágados, Lagarto/SE, nov./2020). Um dos produtores ressaltou que emprega no período de colheita uma média de 70 funcionários: *Se não colher naqueles dias se perde* (Relato de um dos produtores em entrevista realizada no Povoado Várzea dos Cágados, Lagarto/SE, nov./2020). O Sr. G. morador do povoado Colônia Treze, e que mantém contrato com a Maratá, explicou que houve período em que contratou aproximadamente 40 mulheres para trabalharem na colheita da pimenta. Os dilemas entre o permanecer e o abandonar se transmutam em falas que ainda enfatizam a presença da terra como sustentáculo que mantém o modo de vida camponês. Nesse sentido,

Sem a terra suficiente e com a produção subordinada aos mecanismos de extração de lucro, atrelada à disseminação do discurso de um campo que necessita modernizar-se, contraposto ao modo de vida camponês e sem modificar a estrutura fundiária concentrada e a pobreza crônica, expande-se uma polissemia de formas instáveis no campo (RIBEIRO, 2020, p. 162).

Sobre o arrendamento de terras pelos camponeses, três dos entrevistados salientaram estarem nessa condição. Um deles arrenda dois (2) hectares de terras para um período de dois (2) anos, num valor de 5.000,00 mil reais cada hectare. Um segundo entrevistado arrendou quatro (4) tarefas de terra<sup>11</sup>, num valor de 5.000,00 mil reais, com uma duração de três anos e meio. Nesse caso, ele exemplificou que o terreno precisou passar por tratos para a produção da pimenta, com custos para tal processo. O arrendamento de terras deve ser

---

<sup>11</sup> Medida de terra adotada em alguns estados do Nordeste, como Sergipe, Bahia, Alagoas e Ceará e equivale a aproximadamente 3.053 m<sup>2</sup> (Sergipe e Alagoas). 1 hectare equivale a 3 tarefas.

entendido como um dos mecanismos de endividamento dos camponeses, diante de mensalidades ou anuidades do aluguel da terra, feito exclusivamente para o cultivo de pimenteiras. Diante dessa condição, os arrendatários vivem sob o risco das determinações do mercado sobre a produção, pois se encontram subordinados ao Grupo Maratá.

Outra questão importante a ser destacada é a de que os camponeses não possuem autonomia diante de demandas que possam surgir, ou mesmo reivindicações por preços mais justos, condições melhores de trabalho ou quantidades da produção. A realidade é marcada pela instabilidade do mercado, o que leva alguns trabalhadores a optarem pela comercialização fora da empresa, sobretudo, quando as pimentas são descartadas por não se inserirem nos controles de qualidade da Maratá. Os trabalhadores da pimenta estão inseridos nas determinações do capital em seu ciclo de valorização de valor; ou, nas palavras de Karl Marx (2011, p. 25): “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram”.

Portanto, a realidade dos povoados visitados, a partir das condições de vida dos trabalhadores, revela a dissociação de uma produção pautada na rotatividade de cultivos agroalimentares, pautados nas necessidades da unidade familiar. Nesse processo, a subordinação camponesa significa a destituição da autonomia, em povoados cuja estrutura fundiária foi caracterizada pela produção de batata-doce, macaxeira, feijão e frutíferas. Em nome do lucro, mantém-se centenas de trabalhadores em condições de insegurança alimentar, com o aumento nos preços dos alimentos da cesta básica e a diminuição de suas rendas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ardil do ardor como esse movimento de subordinação da produção camponesa à lógica capitalista contribui para desvelar as contradições inerentes à expansão do agronegócio no campo sergipano.

O ardil como uma espécie de armadilha do capital se entremeia ao ardor, não somente como simbologia à pimenta, mas de uma complexidade de relações de produção e forças produtivas que correspondem ao próprio ciclo do capital no campo. Nesse sentido, o real-concreto que é o ponto de partida da presente análise – o agronegócio da pimenta no Perímetro Irrigado Piauí – configura uma totalidade de relações que dimensionam os mecanismos da mundialização do capital no campo brasileiro, no atual contexto de crise em



que a subordinação de relações não-capitalistas se insere como busca de reversão da queda nas taxas médias de lucro.

Pode-se inverter as palavras diante desse ponto de chegada da análise: trata-se também do ardor do ardil. O fardo das jornadas de trabalho desses trabalhadores e trabalhadoras, caracterizadas pela precariedade social, sem qualquer direito à proteção trabalhista, com contratos temporários e instabilidade de renda, somada à necessidade de busca por novos mercados para a comercialização do excedente da produção. Essa condição de ardil não é resultante da livre escolha desses sujeitos, mas enquanto ardor, é a materialização da subordinação constituída no cerne do monopólio agroindustrial representado em Sergipe pela Maratá.

Para concluir, se conforme Mendonça (2013, p. 206): “A lógica do agronegócio está baseada na superexploração do trabalho e da renda da terra”, sua perpetuação é o avesso da reprodução societal de um modo de vida sustentado na soberania camponesa. Nessa contradição, chega-se a um contexto pandêmico, no início da segunda década do século XXI, no qual as faces da pobreza e da fome escancaram o caráter destrutivo do sociometabolismo do capital. A sua superação é o caminho da urdidura de uma alternativa concreta.

Os sinais do inconformismo expressam-se nas palavras enquanto signos intrínsecos à realidade material dos trabalhadores e trabalhadoras. As palavras dos camponeses buscam negar o ardil, em uma esperança ardente de uma vida digna. A permanência da condição camponesa condiz com a necessidade de mantê-la para as próximas gerações. A terra é reafirmada enquanto *pão e tudo*.

**O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.**

## REFERÊNCIAS

AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. **A questão agrária e o capitalismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2020.

CAMPOS, C. S. S. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio:** trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil:** mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no Campo Brasil 2019.** Goiânia: CPT, 2020. Disponível em: [www.cptnacional.org.br](http://www.cptnacional.org.br). Acesso em: 20 fev. 2021.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A expansão do agronegócio no campo de Sergipe. **Geonordeste**, ano XXII, n. 2, 2012, pp. 1-16.

\_\_\_\_\_. Jovens andarilhos no curto ciclo do capital. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v.1, n.1, p. 1- 152, 2007.

COHIDRO. **Perímetro Irrigado Piauí.** Disponível em: [https://cohidro.se.gov.br/?page\\_id=21](https://cohidro.se.gov.br/?page_id=21). Acesso em: 22 de mai. de 2020.

DELGADO, Guilherme Costa. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. Jaccoud, L.(ed.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo.** 1a.ed. Brasília: IPEA, 2005.p. 51-90.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Dados sobre a Cesta Básica Nacional, 2020.** Disponível em: <https://www.dieese.org.br/cesta/>. Acesso em: 21 fev. 2021.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Pesquisa e desenvolvimento para o agronegócio da pimenta no Ceará.** CRISÓSTOMO, João Ribeiro... [et. al.]. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2008. 36p.

FRANÇA, Diego Pessoa Irineu de. **Conflitos territoriais e resistência da totalidade do trabalho frente ao agrohidronegócio fruticultor nas áreas de expansão dos Perímetros Irrigados no Semiárido Nordeste.** Tese (doutorado), UNESP, Presidente Prudente, 2018. 330p.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Porto Alegre: L&PM, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário 2016** – resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LIMA, Lucas Gama. **A dinâmica imperialista contemporânea:** capital sem fronteiras e sua (ir)racionalidade apátrida. Tese de doutorado, apresentada ao PPGEIO, UFS, São Cristóvão, 2015.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política – Livro I.** São Paulo: Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MENDONÇA, Maria Luísa R. F. **Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio.** Tese de doutorado apresentada à FFLCH/USP, São Paulo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Século XXI: Socialismo ou Barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira.** São Paulo: Iände Editorial, 2016.

\_\_\_\_\_. A mundialização da agricultura no Brasil. **Estudos Territoriais**, VI Congresso Ibero-americano de Estudos Territoriais e Ambientais, São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2014, pp. 2080-2103.

OLIVEIRA, Elis Regina S. dos. S. **A dinâmica do Agronegócio em Lagarto/SE: limites, impasses e alcances.** Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. **As tecnologias e suas interfaces no campo como estratégia de controle do capital.** Dissertação de Mestrado – NPGeo/Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

REDE PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** Projeto VigiSAN, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 21 fev. 2021.

RIBEIRO, Bruno Andrade. **A condição camponesa sob o espectro da informalidade.** Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, 2020. 175p.

RODRIGUES, Vanessa Paloma Alves. **Capital, Estado e a lógica dissimulada das políticas de crédito no processo de expropriação e sujeição do trabalho no campo.** Dissertação de mestrado apresentada ao NPGeo/UFS, São Cristóvão, 2012.

SANTOS, Josefa de Lisboa. **A Trajetória do Discurso de Desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis) simulação da esperança.** Tese de Doutorado apresentada ao NPGeo/UFS, São Cristóvão, 2007.

SOUZA, Suzane Tosta; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; MENEZES, Sócrates Oliveira. Renda da Terra: conceito central para os estudos em Geografia Agrária. **Revista Pegada**, vol. 20, n. 1, pp. 144-168, jan. abr. 2019.

THOMAZ JUNIOR, A. Degradação sistêmica do trabalho no agrohidronegócio. **Revista Mercator**. Fortaleza, v. 16, p. 1-20, 2017.

\_\_\_\_\_.; LEÃO, L. H. C.; PIGNATI, W. A. Trabalho Rural, Degradação Ambiental e Contaminação por Agrotóxicos. In: **Avesso do Trabalho IV**, São Paulo: Expressão Popular, 2016.

\_\_\_\_\_. Por uma Cruzada Contra a Fome e o Agrohidronegócio. Nova Agenda Destrutiva do Capitalismo e os Desafios de um Tempo não Adiado. Presidente Prudente: **Pegada**, v.9, n.1, p. 8-34, 2008.

VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Alimentar ou ser alimentado? A expansão da agroindústria canavieira e a soberania alimentar em Flórida Paulista/SP**. Trabalho de Conclusão de Curso, UNESP, Presidente Prudente, 2011. 123p.

Figuras:

AUTORIA PRÓPRIA; LIMA, José Hunaldo. **Povoados produtores de pimenta em estudo, Lagarto**, 2020. 1 mapa.

AUTORIA PRÓPRIA. **Sacos de pimenta em Lagarto, Sergipe**. Trabalho de Campo, pov. Várzea dos Cágados, 2019. 2 fotografias.

Submetido em abril de 2021

Aceito em agosto de 2021